



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES,  
PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL



**Resultado**

**Informativo Parlamentar**

**Nº 07**

**Ano 2017**

**Período: 20 a 24 de março**

## SUMÁRIO

<b>CÂMARA DOS DEPUTADOS</b> .....	3
Notícias.....	3
Plenário .....	3
<b>COMISSÕES PERMANENTES</b>	
Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural .....	4
Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.....	4
Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania .....	5
Comissão de Defesa do Consumidor .....	5
Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços .....	5
Comissão de Desenvolvimento Urbano.....	5
Comissão de Educação .....	6
Comissão de Fiscalização Financeira e Controle .....	6
Comissão de Finanças e Tributação.....	6
Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia .....	6
Comissão de Minas e Energia .....	6
Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional .....	7
Comissão de Seguridade Social e Família .....	7
Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público .....	7
Comissão de Cultura.....	7
Comissão de Direitos Humanos e Minorias .....	8
Comissão de Esporte .....	8
Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa .....	8
Comissão de Legislação Participativa .....	8
Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.....	8
Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher .....	9
Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência.....	9
Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado .....	9
Comissão de Turismo .....	9
<b>Comissão de Viação e Transportes</b> .....	10
<b>COMISSÕES EXTERNAS</b>	
Comissão Externa sobre a Fiscalização da Concessionária ECO 101 – BR 101/ES .....	10
Comissão Externa sobre a Construção da Ferrovia Nova Transnordestina.....	10
Proposições Apresentadas.....	11
Discursos Proferidos.....	12
<b>SENADO FEDERAL</b> .....	14
Notícias.....	14
Plenário .....	14
<b>COMISSÕES PERMANENTES</b>	
<b>Comissão de Infraestrutura</b> .....	15
Comissão de Assuntos Econômicos .....	15
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo .....	16
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania .....	16
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.....	17
Proposições Apresentadas.....	17
Discursos Proferidos.....	18
<b>CONGRESSO NACIONAL</b> .....	20
Notícias.....	20
Comissões Mistas .....	22



Notícias

---

### **Eleitos os presidentes das 25 comissões permanentes da Câmara**

Foram eleitos nesta quinta-feira (23) os presidentes que dirigirão neste ano o trabalho das 25 comissões permanentes da Câmara dos Deputados. Os nomes foram indicados pelos partidos e ratificados nos colegiados. A eleição dos vice-presidentes (1º, 2º e 3º) será feita posteriormente.

A distribuição das presidências entre os partidos foi definida em reunião de líderes na quarta-feira (22). PMDB, PSDB e PT ficaram com três comissões cada um. PP, PR, PSB e PSD vão presidir duas comissões, cada. Já DEM, PCdoB, PDT, PRB, PSC, PTB, PTN e SD liderarão um colegiado, cada.

[Leia a íntegra](#)

---

### **Maia defende sistema eleitoral de democracias avançadas para o Brasil**

#### **Para ele, sistema brasileiro não pode ser “uma jabuticaba”**

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, defendeu há pouco que seja adotado no Brasil um dos sistemas eleitorais existentes em democracia avançadas do mundo. Entre as opções, citou o sistema misto alemão – metade distrital (voto majoritário em cada distrito eleitoral), metade lista pré-ordenada de candidatos –; o sistema português ou espanhol (lista pré-ordenada de candidatos); e o sistema americano ou britânico (distrital puro).

[Leia a íntegra](#)

---

### **Câmara aprova terceirização para todas as atividades da empresa**

#### **Texto também aumenta de três para seis meses o tempo permitido para trabalho temporário. Matéria segue para sanção presidencial**

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, nesta quarta-feira (22), o Projeto de Lei 4302/98, que permite o uso da terceirização em todas as áreas (atividade-fim e atividade-meio) das empresas. Foi aprovado um substitutivo do Senado para a matéria, que também aumenta de três para seis meses o tempo do trabalho temporário, prazo que pode ser alterado por meio de acordo ou convenção coletiva de trabalho. O texto será enviado à sanção presidencial.

[Leia a íntegra](#)

---

Plenário

---

SESSÃO ORDINÁRIA EM 22/03/2017 - QUARTA-FEIRA, ÀS 14h

#### **ORDEM DO DIA**

#### **MATÉRIA SOBRE A MESA**

05) [Recurso nº 188/2016](#) - Autor: Deputado Chico Alencar (PSOL/RJ) - Recorre ao Plenário, nos termos do art. 141, contra decisão do Presidente da Câmara dos Deputados no Requerimento nº 5.388/16, para que se atribua à Comissão de Direitos Humanos e Minorias a análise do mérito da matéria contida no PDC nº 118/2015.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: 22/03 - Sessão Ordinária cancelada em virtude da Sessão Extraordinária para votação do PL 4302/1998.

06) Recurso nº 189/2016 - Autor: Deputado Chico Alencar (PSOL/RJ) - Recorre ao Plenário, nos termos do art. 141, contra decisão do Presidente da Câmara dos Deputados no Requerimento nº 5.389/2016, para que se atribua à Comissão de Direitos Humanos e Minorias a análise do mérito da matéria contida no PDC nº 119/2015.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: 22/03 – Sessão Ordinária cancelada em virtude da Sessão Extraordinária para votação do PL 4302/1998.

## **URGÊNCIA** **(Art. 151, I, "j", do Regimento Interno)**

### **Discussão**

02) Projeto de Decreto Legislativo nº 424-B-2016 – Autor: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 424-A, de 2016, que aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, assinado em Brasília, em 19 de março de 2011; tendo parecer da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (Relator: Dep. Edinho Bez); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Osmar Serraglio). (NT 62 e NT 64).

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: 23/03 - Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

04) Projeto de Decreto Legislativo nº440/2016 - Autor: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (MSC 598/2015) - Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Turquia sobre Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira, celebrado em Brasília, em 27 de maio de 2010.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: 23/03 - Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

### Comissões Permanentes

#### **COMISSÃO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL - CAPADR**

Presidente: Deputado Sérgio Souza (PMDB/PR)  
Local: Plenário 06 – Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 23/03/17 – QUINTA-FEIRA – 09H30

#### **A - Reunião de Instalação e Eleição:**

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Eleito Presidente o Deputado Sergio Souza (PMDB/PR), com 28 votos e nenhum em branco.

#### **COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCTCI**

Presidente: Deputado Paulo Magalhães (PSD/BA)  
Local: Plenário 13 – Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 23/03/17 – QUINTA-FEIRA – 09H30

#### **A - Reunião de Instalação e Eleição:**

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Eleito Presidente o Deputado Paulo Magalhães (PSD/BA).

---

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA - CCJC**

Presidente: Deputado Rodrigo Pacheco(PMDB/MG)  
Local: Plenário 01 – Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 23/03/17 – QUINTA-FEIRA – 09H30

**A - Reunião de Instalação e Eleição:**

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Eleito Presidente o Deputado Rodrigo Pacheco (PMDB/MG).

---

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - CDC**

Presidente: Deputado Rodrigo Martins(PSB/PI)  
Local: Plenário 08 – Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 23/03/17 – QUINTA-FEIRA – 09H30

**A - Reunião de Instalação e Eleição:**

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Eleito Presidente o Deputado Rodrigo Martins (PSB/PI), com 15 votos e nenhum em branco.

---

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS - CDEICS**

Presidente: Deputado Lucas Virgílio (SD/GO)  
Local: Plenário 05 – Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 23/03/17 – QUINTA-FEIRA – 09H30

**A - Reunião de Instalação e Eleição:**

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Eleito Presidente o Deputado Lucas Virgílio (SD/GO), com 12 votos e nenhum em branco.

---

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO - CDU**

Presidente: Deputado Givaldo Vieira (PT/ES)  
Local: Plenário 16 – Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 23/03/17 – QUINTA-FEIRA – 09H30

**A - Reunião de Instalação e Eleição:**

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Eleito Presidente o Deputado Givaldo Vieira (PT/ES), com 12 votos e nenhum em branco.

---

### **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE**

Presidente: Deputado Caio Nárccio (PSDB/MG)

Local: Plenário 10 – Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 23/03/17 – QUINTA-FEIRA – 09H30

#### **A - Reunião de Instalação e Eleição:**

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Eleito Presidente o Deputado Caio Nárccio (PSDB/MG).

---

### **COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE - CFFC**

Presidente: Deputado Wilson Filho (PTB/PB)

Local: Plenário 09– Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 23/03/17 – QUINTA-FEIRA – 09H30

#### **A - Reunião de Instalação e Eleição:**

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Eleito Presidente o Deputado Wilson Filho (PTB/PB), com 12 votos e nenhum em branco.

---

### **COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO - CFT**

Presidente: Deputado Covatti Filho(PP/RS)

Local: Plenário 04– Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 23/03/17 – QUINTA-FEIRA – 09H30

#### **A - Reunião de Instalação e Eleição:**

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Eleito Presidente o Deputado Covatti Filho (PP/RS), com 25 votos e nenhum em branco.

---

### **COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AMAZÔNIA - CINDRA**

Presidente: Deputado Valadares Filho (PSB/SE)

Local: Plenário 15 – Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 23/03/17 – QUINTA-FEIRA – 09H30

#### **A - Reunião de Instalação e Eleição:**

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Eleito Presidente o Deputado Valadares Filho (PSB/SE), com 12 votos e nenhum em branco.

---

### **COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA - CME**

Presidente: Deputado Jhonatan de Jesus (PRB/RR)

Local: Plenário 14 – Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 23/03/17 – QUINTA-FEIRA – 09H30

#### **A - Reunião de Instalação e Eleição:**

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Eleito Presidente o Deputado Jhonatan de Jesus (PRB/RR), com 27 votos e nenhum em branco.

---

### **COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL - CREDN**

Presidente: Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP)

Local: Plenário 03 – Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 23/03/17 – QUINTA-FEIRA – 09H30

#### **A - Reunião de Instalação e Eleição:**

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Eleita Presidente a Deputada Bruna Furlan (PSDB/SP).

---

### **COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA - CSSF**

Presidente: Deputado Hiran Gonçalves (PP/PR)

Local: Plenário 07 – Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 23/03/17 – QUINTA-FEIRA – 11H30

#### **A - Reunião de Instalação e Eleição:**

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Eleito Presidente o Deputado Hiran Gonçalves (PP/RR), com 38 votos e 1 em branco, totalizando 39 novos.

---

### **COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO - CTASP**

Presidente: Deputado Orlando Silva (PCdoB/SP)

Local: Plenário 12 – Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 23/03/17 – QUINTA-FEIRA – 11H30

#### **A - Reunião de Instalação e Eleição:**

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Eleito Presidente o Deputado Orlando Silva (PCdoB/SP).

---

### **COMISSÃO DE CULTURA - CCULT**

Presidente: Deputado Thiago Peixoto (PSD/GO))

Local: Plenário 10 – Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 23/03/17 – QUINTA-FEIRA – 11H30

#### **A - Reunião de Instalação e Eleição:**

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Eleito Presidente o Deputado Thiago Peixoto (PSD/GO).

---

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS - CDHM**

Presidente: Deputado Paulão (PT/AL)

Local: Plenário 09 – Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 23/03/17 – QUINTA-FEIRA – 11H30

**A - Reunião de Instalação e Eleição:**

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Eleito Presidente o Deputado Paulão (PT/AL), com 14 votos e nenhum em branco.

**COMISSÃO DO ESPORTE - CESPO**

Presidente: Deputado Ezequiel Teixeira (PTN/RJ)

Local: Plenário 04 – Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 23/03/17 – QUINTA-FEIRA – 11H30

**A - Reunião de Instalação e Eleição:**

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Eleito Presidente o Deputado Ezequiel Teixeira (PTN/RJ), com 11 votos e 1 em branco, totalizando 12.

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA - CIDOSO**

Presidente: Deputado Gilberto Nascimento (PSC/SP)

Local: Plenário 13 – Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 23/03/17 – QUINTA-FEIRA – 11H30

**A - Reunião de Instalação e Eleição:**

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Eleito Presidente o Deputado Gilberto Nascimento (PSC/SP).

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CLP**

Presidente: Deputada Flávia Morais (PDT/GO)

Local: Plenário 03-Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 23/03/17 – QUINTA-FEIRA – 11H30

**A - Reunião de Instalação e Eleição:**

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Eleita Presidente a Deputada Flávia Morais (PDT/GO).

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - CMADS**

Presidente: Deputado Nilton Tatto (PT/SP)

Local: Plenário 02– Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 23/03/17 – QUINTA-FEIRA – 11H30

**A - Reunião de Instalação e Eleição:**

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Eleito Presidente o Deputado Nilton Tatto (PT/SP).

---

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER - CMULHER**

Presidente: Deputada Shéridan (PSDB/RR)

Local: Plenário 15 – Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 23/03/17 – QUINTA-FEIRA – 11H30

**A - Reunião de Instalação e Eleição:**

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Eleita Presidente a Deputada Shéridan (PSDB/RR).

---

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - CPD**

Presidente: Deputado Cabo Sabino (PR/CE)

Local: Plenário 13 – Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 23/03/17 – QUINTA-FEIRA – 11h30

**A - Reunião de Instalação e Eleição:**

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Eleito Presidente o Deputado Cabo Sabino (PR/CE) com 13 votos e nenhum em branco.

---

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO - CSPCCO**

Presidente: Deputado Capitão Augusto (PR/SP)

Local: Plenário 06 – Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 23/03/17 – QUINTA-FEIRA – 11h30

**A - Reunião de Instalação e Eleição:**

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Eleito Presidente o Deputado Capitão Augusto (PR/SP) com 19 votos e 2 em brancos, totalizando 21 votos.

---

**COMISSÃO DE TURISMO - CTUR**

Presidente: Deputado Paulo Azi (DEM/BA)

Local: Plenário 05 – Anexo II

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 23/03/17 – QUINTA-FEIRA – 11h30

**A - Reunião de Instalação e Eleição:**

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Eleito Presidente o Deputado Paulo Azi (DEM/BA) com 12 votos e nenhum em branco.

---

## COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES - CVT

Presidente: Deputado Altineu Côrtes (PMDB/RJ)

Local: Plenário 12 - Anexo II

Horário: 10h

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 23/03/17 – QUINTA-FEIRA – 11h30

### **A - Reunião de Instalação e Eleição:**

Instalação dos Trabalhos e Eleição do Presidente.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Eleito Presidente o Deputado Altineu Côrtes (PMDB/RJ), com 26 votos e nenhum voto em branco.

Comissões Externas

## FISCALIZAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA ECO 101 - BR 101/ES

Coordenador: Deputado Marcus Vicente (PP/ES)

Local: Anexo II, Plenário 16

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 21/03/2017 – TERÇA-FEIRA, ÀS 14h30

### **A – Audiência Pública**

#### **Participantes:**

- **Luiz Fernando Castilho – superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT);**
- **Jorge Bastos – diretor-geral da ANTT.**

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a audiência pública.

Resultado: Audiência pública realizada. Na ocasião, o superintendente Luiz Fernando Castilho afirmou que as obras da balança de Viana foram interrompidas e a ANTT está analisando a realocação dessa balança. Em relação às críticas dos deputados de que a ANTT estaria sediada nas dependências da concessionária ECO 101, ele frisou que já foi providenciada a transferência dos fiscais da Agência para outro endereço. Além disso, destacou que há 78 processos da ANTT em curso contra a concessionária, com potencial de aplicação de multa de R\$ 32 milhões, podendo ser aplicados ou não após a conclusão desses processos.

Estiveram presentes os deputados Jorge Silva (PHS/ES), Hélder Salomão (PT/ES), Sérgio Vidigal (PDT/ES) e Evair Vieira de Melo (PV/ES).

## CONSTRUÇÃO DA FERROVIA NOVA TRANSNORDESTINA

Coordenador: Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)

Local: Anexo II, Plenário 15

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 21/03/2017 – TERÇA-FEIRA, ÀS 14h30

01) Requerimento nº 19/2017 CEXTRANE – Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) - "Requer a realização de Audiência Pública para discutir o aporte de recursos na obra da Ferrovia Nova Transnordestina provenientes do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), gerido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)".

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: Aprovado. A data da audiência ainda não foi definida.

02) Requerimento nº 20/2017 CEXTRANE – Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) - "Requer a realização de Audiência Pública para discutir e avaliar o andamento da ferrovia Transnordestina com a participação do **ministro do Transportes, Maurício Quintella Lessa**".

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: Aprovado. A audiência foi agendada para a próxima terça-feira (28/03), às 14h30, em plenário da Câmara dos Deputados a ser definido.

03) [Requerimento nº 21/2017 CEXTRANE](#) – Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) - "Requer a realização de Audiência Pública para discutir e avaliar o andamento da ferrovia Transnordestina com a presença do ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira".

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: **Aprovado. A data da audiência ainda não foi definida.**

04) [Requerimento nº 22/2017 CEXTRANE](#) – Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) - "Requer a realização de Audiência Pública para discutir e avaliar o andamento das desapropriações da ferrovia Transnordestina pelo **Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT**".

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: **Aprovado. A data da audiência ainda não foi definida.**

05) [Requerimento nº 23/2017 CEXTRANE](#) – Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) – "Requer a realização de Audiência Pública para discutir e avaliar a conformidade da execução contratual da concessão da ferrovia Transnordestina com a **Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT**".

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: **Aprovado. A data da audiência ainda não foi definida.**

---

## PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

### *Indicação*

[INC 3189/2017](#) - Autor: Deputado Leo de Brito (PT/AC) - 22/03/2017 - Sugere ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil que encaminhe à Empresa Brasileira da Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, solicitação para que esta adquira Sistema de Pouso por Instrumentos (ISL - Instrument Landing System) para o Aeroporto de Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre.

### *Projetos de Lei*

[PL 7177/2017](#) - Autor: Veneziano Vital do Rêgo (PMDB/PB) - 21/03/2017 - Altera a Lei nº 12.305, de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para dispor sobre a capacitação de consumidores em relação ao acondicionamento de resíduos sólidos, no sistema de coleta seletiva.

[PL 7179/2017](#) – Origem do SF PLS 112/10 - Autora: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE) - 21/03/17 - Dispõe sobre a participação de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

### *Requerimento de Instituição de CPI*

[RCP 33/2017](#) - Autor: Deputado Mário Negromonte Jr. (PP/BA) - 22/03/2017 - Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o sistema aéreo brasileiro, em especial os altos preços praticados pelas empresas aéreas no Brasil.

### *Requerimentos*

[REQ 6118/2017](#) - Autora: Deputada Soraya Santos (PMDB/RJ) - 21/03/17 - Requer o registro da Frente Parlamentar em Defesa da Construção Naval e Conteúdo Nacional.

[REQ 175/2017 CVT](#) - Autor: Deputado Vicentinho Júnior (PR/TO) - 23/03/17 - Requer que a Comissão de Viação e Transportes aprecie e aprove a manutenção da Subcomissão Especial destinada a acompanhar as obras das rodovias Federais Transversais BR- 242 e BR 235 – SUBTRAFE.

## DISCURSOS PROFERIDOS



Deputado Davidson Magalhães (PCdoB/BA) – 21/03/17 - Participação em reunião com o Secretário de Infraestrutura de Transporte, Energia e Comunicação do Estado da Bahia, Marcus Cavalcanti, e com o Prefeito do Município baiano de Amélia Rodrigues, Paulo Falcão, sobre recuperação das rodovias BR-784, no trecho entre Amélia Rodrigues e o Distrito de São Bento de Inhatá, e BA-262, entre os Municípios de Coaraci e Itajuípe.

[Leia a íntegra](#)



Deputado Zé Geraldo (PT/PA) – 21/03/17 - Sr. Presidente, quero dar como lido o meu pronunciamento. Eu estou aqui exatamente alertando o povo brasileiro pelo desmonte, pela venda do Brasil a preço de banana. As últimas concessões feitas no Brasil, os nossos aeroportos, foram para empresas europeias.

[Leia a íntegra](#)



Deputado Vanderlei Macris (PSDB/SP) – 21/03/17 - Cumprimentos ao Prefeito do Município de Nova Odessa, Estado de São Paulo, Benjamim Bill Vieira de Souza, e de representante da Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa, Ricardo Ongaro, em visita à Câmara dos Deputados. Importância do projeto Trem Intercidades, do Governo do Estado de São Paulo, com vistas à recuperação do transporte ferroviário de passageiros.

[Leia a íntegra](#)



Deputado Marcon (PT/RS) – 21/03/17 - Contrariedade com a concessão do Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, a empresa alemã e com a proposta de implantação de pedágios na BR-386, entre Porto Alegre e o Estado de Santa Catarina. Crítica ao Governo Michel Temer. Solicitação ao Plenário de rejeição de proposições relativas às reformas trabalhista e previdenciária e à terceirização de mão de obra.

[Leia a íntegra](#)



Deputado Afonso Hamm (Bloco/PP/RS) – 21/03/17 - Resultados positivos da realização de audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul para debate da duplicação de trecho da BR-116. Anúncio de criação de frente parlamentar nacional para obtenção dos recursos necessários à realização da obra.

[Leia a íntegra](#)



Deputado Cajar Nardes (PR/RS) – 21/03/17 - Importância da BR-116 para o desenvolvimento econômico do Estado do Rio Grande do Sul. Defesa de união do Estado ao Governo Federal para conclusão das obras na rodovia.

[Leia a íntegra](#)



Deputado Carlos Manato (SD/ES) – 22/03/17 - Realização das obras de aeroporto no Estado do Espírito Santo com recursos exclusivos do Governo Federal. Congratulações à bancada federal capixaba pelo empenho na liberação de recursos para a empreitada.

[Leia a íntegra](#)



Deputado Carlos Manato (SD/ES) – 22/03/17 - Expectativa de início das obras de construção do complexo industrial-portuário Porto Central, no Município de Presidente Kennedy, Estado do Espírito Santo.

[Leia a íntegra](#)



Deputada Josi Nunes (PMDB/TO) – 23/03/17 - Sr. Presidente, senhoras e senhores, apresentei recentemente um Projeto de Lei que acrescenta ao Código Brasileiro de Aeronáutica um artigo que permite a transferência de passagem aérea. Conforme as normas da Agência Nacional de Aviação Civil — ANAC —, o bilhete de passagem é pessoal e intransferível.

[Leia a íntegra](#)



Deputado José Ailton Cirilo (PT/CE) – 23/03/17 - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, telespectadores, falo aqui como excoordenador da bancada federal do Ceará em Brasília e atual adjunto da bancada. Também liberamos 35 milhões para a dragagem do Porto do Mucuripe, a fim de viabilizar o terminal de passageiros, para permitir a ancoragem de navios transatlânticos em nosso Estado.

[Leia a íntegra](#)



Deputado Nelson Pellegrino (PT/BA) – 23/03/17 - Sr. Presidente, apresentei um requerimento, nesta Casa, para a recuperação da BR-420, que é a estrada Federal do Vale do Jequiçá, que também é uma estrada muito importante. Temos lutado para a recuperação da estrada de Nazaré até Valença, e para estrada do baixo sul.

[Leia a íntegra](#)



Deputado Misael Varella (DEM/MG) – 23/03/17 - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a principal obra de infraestrutura de Minas Gerais, a duplicação da BR-381, conhecida como “Rodovia da Morte”, voltou à fase de estudos de viabilidade porque as análises técnicas sobre o tráfego eram de 2008 e estão ultrapassadas.

[Leia a íntegra](#)



Deputado Franklin Lima (Bloco/PP/MG) - 23/03/17 - Sr. Presidente, que eu quero comentar, inclusive ouvi aqui o nosso querido Deputado Zé Geraldo falando acerca dos aeroportos, da aviação, queria solicitar ao Ministro dos Transportes que, junto à ANAC, aos órgãos de Defesa do Consumidor, ao próximo consumidor e ao Judiciário, que analisasse e visse uma forma de rever essa questão de cobrar as bagagens em aeroportos brasileiros.

[Leia a íntegra](#)



## Notícias

## Senado pode votar projeto alternativo sobre terceirização

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, afirmou nesta quinta-feira (23) que o projeto que regulamenta a terceirização em análise no Senado (PLC 30/2015) pode servir como complementação à matéria sobre o mesmo tema aprovada na Câmara dos Deputados na quarta-feira (22).

O projeto que tramita no Senado é considerado uma alternativa à proposta aprovada na Câmara, tida como muito liberal por sindicatos e pela oposição. Eunício disse que pautará o projeto assim que o texto estiver pronto para votação no Plenário, lembrando que o projeto aprovado na Câmara começou a tramitar há quase duas décadas.

[Leia a íntegra](#)

## Aprovado acordo que abre oportunidades a empresas brasileiras no Peru

Empresas brasileiras poderão ter acesso facilitado a um mercado de US\$ 13 bilhões, que são as compras públicas do governo peruano. A possibilidade é prevista em acordo entre o Brasil e o Peru, objeto do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 37/2017, aprovado pelo Plenário do Senado nesta quinta-feira (23) e encaminhado à promulgação.

Para o relator, senador Armando Monteiro (PTB-PE), trata-se de um acordo inédito que está servindo de referência para negociações com outros países. Por ele, empresas brasileiras são autorizadas a atuar no Peru em condições de igualdade com companhias provenientes de países da Parceria Transpacífico (TPP) e da Aliança do Pacífico.

[Leia a íntegra](#)

## PEC do fim do foro privilegiado passa por segunda sessão de discussão

A proposta de emenda à Constituição que acaba com o foro privilegiado para agentes públicos passou pela segunda sessão regimental de discussão nesta quinta-feira (23) no Plenário do Senado. A PEC (PEC 10/2013) prevê o fim do foro por prerrogativa de função para todas as autoridades brasileiras, inclusive o presidente da República, nas infrações penais comuns. O texto também permite a prisão de membros do Congresso Nacional condenados em segundo grau nas infrações comuns. Hoje, eles são julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e só podem ser presos após condenação definitiva dessa Corte.

[Leia a íntegra](#)

## Plenário

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 21/03/2017 – TERÇA-FEIRA, ÀS 14h

### ORDEM DO DIA

#### (Votação, em primeiro turno)

01) [Proposta de Emenda à Constituição nº 111/2015](#) - Autor: Senador Renan Calheiros (PMDB/AL) e outros - Altera o art. 62, § 1º, da Constituição Federal, que dispõe sobre as vedações à edição de medidas provisórias (veda edição de MP que gerem desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos).

**Parecer sob nº 11, de 2017, de Plenário, em substituição à CCJ, Relator Senador Romero Jucá (PMDB/RR), favorável, nos termos da Emenda nº 2-Plen (Substitutivo).**

[Avulso do parecer](#)

ASPAR – MT: Encaminhado à Presidência da República, em 22 de outubro de 2015, com parecer da ANTT favorável a matéria.

Resultado: Não apreciado.

**COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**

Presidente: Senador Eduardo Braga (PMDB/AM)

Local: Plenário 13 – Ala Senador Alexandre Costa

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 21/03/2017 - TERÇA-FEIRA, ÀS 09h

02) Projeto de Lei do Senado nº 11/2013 – Autor: Ex-Senador Antonio Carlos Rodrigues - Altera a Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002, que dispõe sobre a aplicação dos recursos originários da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool combustível, atendendo o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, cria o Fundo Nacional de Infraestrutura de Transportes - FNIT e dá outras providências, para determinar a aplicação de percentual mínimo do produto de arrecadação da Cide-Combustíveis em projetos de infraestrutura urbana de transportes coletivos não motorizados. - **TERMINATIVO**

Relatoria: Senador Dalirio Beber (PSDB/SC).

Relatório: Pela aprovação com emendas.

Resultado: **Adiado.**

**EXTRAPAUTA**

01) Requerimento de Serviços de Infraestrutura nº 04/2017 – Autor: Senador Wellington Fagundes (PR/MT) - Requer a indicação para participar, como representante da Comissão de Serviços de Infraestrutura, do Fórum Pró-Ferrovia em Cuiabá/MT, em 24 de março de 2017.

Resultado: **Aprovado.**

**COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE**

Presidente: Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)

Local: Plenário 19 – Ala Senador Alexandre Costa

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 21/03/2017 - TERÇA-FEIRA, ÀS 10h

05) Projeto de Lei da Câmara nº 169/2015 (PL 6773/2006, na origem) – Autor: Deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PV/SP) - Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para vedar pagamentos antecipados. – **NÃO TERMINATIVO**

Relatoria: Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES). **(Substituído por Ad Hoc)**

Relatoria Ad Hoc: Senador José Medeiros (PSD/MT).

Relatório: Favorável ao projeto com uma emenda que apresenta.

Observações: Em 18/10/2016, foi lido o relatório e concedida vista coletiva.

ASPAR – MT: Encaminhado Ofício ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, em 18 de novembro de 2016, solicitando parecer sobre o projeto.

Resultado: **Adiado.**

12) Projeto de Lei do Senado nº 739/2011 – Autor: Ex-Senador Marcelo Crivella - Determina a obrigatoriedade de elaboração de planos de sustentabilidade social e econômica para obras e serviços de engenharia financiados, total ou parcialmente, com recursos da União ou de entidades da sua administração indireta. - **TERMINATIVO**

Relatoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE).

Relatório: Pela rejeição do projeto.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CCJ.

2. A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com parecer favorável ao projeto com a Emenda nº 1-CCJ/CMA.

ASPAR – MT: Encaminhado à Presidência da República, em 20 de março de 2017, com pareceres da ANTT e da SPNT de não oposição à matéria, alertando que existem instrumentos vigentes de avaliação da viabilidade econômica, social e ambiental.

Resultado: **Adiado.**

## **COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**

Presidente: Senadora Fátima Bezerra (PT/RN)  
Local: Plenário 07 – Ala Senador Alexandre Costa

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 22/03/2017 - QUARTA-FEIRA, ÀS 08h30

### **1º PARTE REUNIÃO ADMINISTRATIVA**

**Finalidade:** Definição do funcionamento da comissão, em especial quanto a data e horário de início das reuniões.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a Reunião.

**Resultado:** Reunião administrativa realizada.

### **2º PARTE DELIBERATIVA**

01) [Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 01/2017](#) – Autor: Senadora Fátima Bezerra (PT/RN) - Requer, nos termos do inciso V, § 2º, art. 58, da Constituição Federal, cumulado com o inciso V, art. 90, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizado um Ciclo de Debates nesta comissão, com participantes e subtemas a serem definidos pelos integrantes deste colegiado, objetivando discutir o papel do Desenvolvimento Regional e do Turismo no Brasil.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

**Resultado:** Aprovado.

06) [Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 06/2017](#) – Autor: Senadora Fátima Bezerra (PT/RN) - Requeiro, nos termos do Artigo 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja convidado o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil para apresentar, em audiência pública nesta Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, as ações do Ministério para os próximos dois anos

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

**Resultado:** Aprovado.

### **3º PARTE LANÇAMENTO DA PUBLICAÇÃO**

**Finalidade:** Lançamento da publicação referente à avaliação de políticas públicas do ano de 2016, no âmbito da CDR, cujo tema foi "Avaliação de Política Pública da Aviação voltada para o Desenvolvimento Regional".

**Presidente:** Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP).

**Relator:** Senador Wellington Fagundes (PR/MT).

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha o lançamento da publicação.

**Resultado:** Não realizada.

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**

Presidente: Senador Edson Lobão (PMDB/MA)  
Local: Plenário 3 – Ala Senador Alexandre Costa

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 22/03/2017 - QUARTA-FEIRA, ÀS 10h

02) [Projeto de Lei do Senado nº 401/2013](#) – Autor: Senador Aloysio Nunes (PSDB/SP) - Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental. - **TERMINATIVO**

**Relator:** Senador Antônio Anastasia (PSDB/MG).

**Relatório:** [Pela aprovação do Projeto, com uma emenda de redação que apresenta](#)

**Observações:**

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;

- Votação nominal

- Votação nominal

ASPAR – MT: Encaminhado Ofício ao Departamento Nacional de Infraestrutura de

Transportes, em 13 de fevereiro de 2017, solicitando parecer sobre o projeto.

**Resultado:** Retirado de pauta para reexame do Relatório.

10) [Projeto de Lei do Senado nº 447/2012](#) – Autor: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO) - Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica.

**Relatoria:** Senador José Pimentel (PT/CE). - **TERMINATIVO**

**Relatório:** [Pela aprovação do Projeto.](#)

Observações: - Votação nominal

ASPAR – MT: Encaminhado à Presidência da República, em 03 de junho de 2016, com parecer do DNIT contrário à matéria.

**Resultado:** Adiado.

16) [Projeto de Lei da Câmara nº 109/2011 \(PL 1508/2007, na origem\)](#) – Autor: Deputado Felipe Bornier (PROS/RJ) - Obriga a criação de unidade do PROCON nos aeroportos brasileiros, e dá outras providências. – **NÃO TERMINATIVO**

**Relator:** Senador Sérgio Petecão (PSD/AC).

**Relatório:** [Pela aprovação do Projeto.](#)

Observações: a matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em decisão terminativa.

ASPAR – MT: Encaminhado à Presidência da República, em 13 de fevereiro de 2017, com parecer da INFRAERO contrário à matéria.

**Resultado:** Concedida vista ao Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), nos termos regimentais.

---

### **COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**

Presidente: Senador Ivo Cassol (PP/RO)

Local: Plenário 13 – Ala Senador Alexandre Costa

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 22/03/2017 - QUARTA-FEIRA, ÀS 14h

01) [Projeto de Lei do Senado nº 90/2014](#) – Autor: Senador Roberto Requião (PMDB/PR) e outros -Declara de interesse social, para fins de desapropriação destinada à reforma agrária, as áreas rurais que ladeiam os eixos rodoviários federais, os leitos das ferrovias nacionais, e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos da União em obras de irrigação, drenagem, açudagem, e outras espécies de melhoramentos, que não estejam cumprindo sua função social, e dá outras providências. - **TERMINATIVO**

**Relatoria:** Senador Paulo Rocha (PT/PA).

**Relatório:** Pela aprovação do PLS 90/2014.

**Observações:**

1- Não foram apresentadas emendas perante a CRA no prazo regimental.

2- O Projeto constou da Pauta da 29ª, 31ª e 32ª Reunião da CRA em 2016.

3- Na 32ª Reunião da CRA, foi concedida Vista ao Projeto, solicitada pelos Senadores Wellington Fagundes e Flexa Ribeiro, conforme o disposto no art. 132 do Regimento Interno do Senado Federal. 4- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa, após a deliberação da CRA.

ASPAR – MT: Encaminhado Ofício ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes solicitando parecer sobre o projeto.

**Resultado:** Reunião cancelada.

---

### **PROPOSIÇÕES APRESENTADAS**

*Requerimento da Comissão Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle*

[RMA 9/2017](#) - Autor: Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO) - Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, o aditamento do Requerimento nº 06 de 2017, desta Comissão, de forma que seja incluído para participar da audiência pública, que tem como objetivo de discutir a Resolução da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) que permite às companhias aéreas cobrar pelo despacho de bagagem dos passageiros.

## DISCURSOS PROFERIDOS



Autor: Senadora Ana Amélia (PP/RS) – 20/03/2017 - A BR-116 é o corredor de exportação. De tudo que o Rio Grande do Sul exporta, 71% passam por essa rodovia. As mortes em acidentes, como eu disse, cresceram mais de 300% desde o início dessas obras de duplicação. A 116 é considerada também fundamental para o escoamento da safra até o Porto de Rio Grande. Demanda de quase duas décadas, a duplicação da 116 entre Guaíba e Pelotas, iniciada em 2012 e prevista para estar pronta em 2015, corre o risco de se prolongar, sem perspectiva de conclusão da obra de 234,9km. Dos 11 trechos que integram a rodovia e o contorno da cidade de Pelotas, somente um está em pleno andamento, e outros dois seguem em marcha lenta. O restante paralisou. Até hoje, em valores atualizados, foram aplicados R\$1,3 bilhão na obra, resultando na execução de pouco mais de 62% do projeto. Outros R\$634 milhões são necessários para a conclusão, segundo o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, o DNIT. Menos de 11km duplicados estão liberados para o trânsito.

[Leia a íntegra](#)



Autor: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG) – 20/03/2017 - Os resultados foram muito positivos e, na realidade, eminente Presidente, Srª Senadora, Srs. Senadores, telespectadores que nos acompanham pela TV Senado, o que se faz é um dado da nossa realidade objetiva. O Brasil hoje atravessa uma gravíssima crise econômica, que decorre de vários fatores. Um deles, com intenso fundamento, é exatamente a nossa baixa estrutura ou infraestrutura de logística para suportar as atividades econômicas. A falta de rodovias, a falta de portos, de aeroportos, de silos de armazenagem, ou seja, todo um conjunto relativo a transportes, à infraestrutura de mobilidade urbana e de circulação de riquezas tem levado, de fato, a um aumento extremo do chamado custo Brasil, o que onera, em demasia, a nossa economia. Por isso, salta aos olhos algo que é extremamente singular, qual seja, é imperioso que o Brasil tenha investimentos no setor da infraestrutura. Todavia, infelizmente nós sabemos que os erários, quer da esfera federal, quer da estadual, quer da municipal de todo o Brasil, de todos os níveis de governo, estão exauridos, sem condições de fazer frente a esses desafios, razão pela qual torna-se imprescindível contar com capital, quer nacional, quer internacional, para, em associação com o Poder Público, sob a forma de concessão ou de PPP, fazer frente a esses grandes investimentos de que a Nação brasileira necessita. E isso aconteceu, na semana passada, na questão dos aeroportos. E faço menção a esse aspecto tomando como exemplo, eminente Presidente, aquilo que me move a vir aqui, a esta tribuna, nesta tarde, que é o exemplo que aconteceu em meu Estado, Minas Gerais, no Aeroporto Internacional Presidente Tancredo Neves, em Confins, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

[Leia a íntegra](#)



Autor: Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO) – 21/03/2017 - Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, subo hoje à tribuna para fazer algumas considerações em relação à Medida Provisória nº 752, de 2016, cujo prazo de vigência foi prorrogado para 4 de maio de 2017. A matéria trata da prorrogação e da relicitação dos contratos do Programa de Parcerias de Investimentos referentes ao transporte aéreo, rodoviário e ferroviário, tendo começado a produzir efeitos a partir de novembro de 2016. A medida provisória tenta solucionar problemas detectados com as primeiras experiências de concessões na infraestrutura federal. Apesar de não ser membro da Comissão Mista da Medida Provisória 752, participei de duas audiências públicas realizadas pela comissão. Na primeira, em 9 de março, tivemos a oportunidade de ouvir os representantes das associações de transporte aeroviário e rodoviário. A outra audiência pública foi realizada com representantes do Governo, da ANTT, do Tribunal de Contas da União, da Procuradoria-Geral da República e da Associação Nacional dos Transportes Ferroviários.

[Leia a íntegra](#)



Autor: Senadora Fátima Bezerra (PT/RN) – 22/03/2017 - Hoje realizamos a primeira reunião de trabalho, uma reunião extremamente produtiva, em que aprovamos vários requerimentos para a realização de audiências públicas e de convite a quatro Ministros que dirigem pastas que têm relação direta com o tema do desenvolvimento regional e turismo. São eles os Ministros da Integração Nacional, do Turismo, dos Transportes e também da Aviação, Sr. Presidente. Da Integração, do Turismo, dos Transportes e das Cidades, melhor dizendo.

[Leia a íntegra](#)



Autor: Senador José Medeiros (PSD/MT) – 23/03/2017 - No meu Estado, o Estado de Mato Grosso, que depende muito da infraestrutura, estava havendo a duplicação da BR-364/BR-163 – porque, em determinado momento, elas se sobrepõem – e, devido a empresa detentora da concessão ter seu nome envolvido na Lava Jato – aliás como protagonista até –, os empréstimos, inclusive do BNDES, foram cortados. E a rodovia está lá; as pessoas pagando pedágio e não têm a rodovia.

[Leia a íntegra](#)



### **PEC acaba com exigência do Congresso votar LDO até o final do primeiro semestre**

Proposta de Emenda à Constituição do senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) revoga o § 2º, do artigo 57 da Constituição Federal. Esse parágrafo estabelece que o Congresso não iniciará o recesso, no meio do ano, sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias (LDO). Para o autor da PEC 103/2015 essa exigência tem obrigado o Congresso, ao final do primeiro semestre, aprovar a LDO “no afogadilho”. Já o relator da matéria, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), entende que a não votação da LDO dentro do prazo não tem impedido o Congresso de fixar importantes metas de execução orçamentária.

Fonte: Rádio Senado.

---

### **Lúcia Vânia defende mudanças na MP que prorrogou concessões na infraestrutura de transportes**

A senadora Lúcia Vânia (PSB/GO) defendeu mudanças na medida provisória que autorizou a prorrogação e a possibilidade de nova licitação de contratos de parceria nos setores rodoviário, ferroviário e aeroportuário. A [MPV 752/2016](#) tem o objetivo de possibilitar novos investimentos em concessões existentes no setor de transporte. Mas para Lúcia Vânia é preciso aprimorar a MP.

Uma sugestão da senadora é tornar mais rápidos os processos de caducidade nas concessões. Segundo Lúcia Vânia, por causa da morosidade, a BR 153, que passa pelo estado de Goiás e que está sob os cuidados da iniciativa privada, está sem investimentos há pelo menos dois anos, e a má qualidade da rodovia coloca em risco diário muitos motoristas.

#### **Economia local**

Outra ideia de Lúcia Vânia é que os contratos de concessão de rodovias, ferrovias e aeroportos determinem a participação de empresas locais entre as administradoras. — Em outras palavras, entendo que a medida provisória 752 deveria contemplar o artigo que determine a participação das empresas locais na composição da sociedade de propósitos específicos, que explorará a concessão de modo a incentivar a economia local e dar mais solidez ao negócio.

A MP 752 está em discussão na comissão mista. Se aprovada, seguirá para exame na Câmara dos Deputados. O prazo de validade da medida provisória vence em quatro de maio.

Fonte: Agência Senado.

---

### **MP que amplia área de conservação ambiental no Pará gera apreensão**

A ampliação de áreas de conservação ambiental no Pará pode gerar conflitos sociais, por atingir regiões onde ocorre a exploração de garimpo. A avaliação é da representante do Ministério de Minas e Energia, Maria José Salum, que nesta terça-feira (21) participou de audiência pública na comissão mista encarregada de emitir parecer à Medida Provisória (MP) [756/2016](#).

Com 12 artigos, a MP altera os limites atuais do Parque Nacional do Rio Novo, localizado nos municípios de Itaituba e Novo Progresso, e da Floresta Nacional do Jamanxim, localizada no município de Novo Progresso. Também cria a Área de Proteção Ambiental (APA) do Jamanxim que será administrada pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

Maria José defendeu uma revisão da MP, como forma de conciliar a exploração mineral e a conservação ambiental. A representante do Ministério de Minas e Energia garantiu que há

exemplos de mineração que ocorrem de forma “sustentável e amigável” com esse tipo de atividade.

- A ampliação do parque Rio Novo é incompatível com a porção que atinge a Floresta Nacional do Jamanxim, onde a atividade mineral é permitida. Criaremos grande conflito na região, com presença de garimpeiros. Queremos regularizar os garimpos e permitir pesquisa de ouro. Mesmo que consigamos acordo com o Instituto Chico Mendes, há questão jurídica pendente, em termos de possibilidade de mineração numa área floresta nacional. Nossa ideia de formalizar garimpo e permitir pesquisa mineral, ainda assim, estaria impossibilitada diante dessa pendência jurídica – afirmou.

### **Tranquilidade na produção**

“Vice-prefeito de Novo Progresso, Gelson Dill também defendeu alterações na MP, por meio de substitutivo que atenda o anseio da população que tanto precisa da tranquilidade na produção”. Em sua exposição, ele apresentou abaixo-assinado com nove mil assinaturas, em que a população do município paraense, de 25 mil habitantes, condena a ampliação do Parque Nacional do Rio Novo e a criação de área de proteção ambiental.

- A ampliação afeta a atividade garimpeira, que representa 50% de nossa economia. Há 5 mil garimpeiros que vivem da extração de ouro na reserva do [Rio] Tapajós. Com esse formato de ampliação, a MP impede o acesso à reserva garimpeira. Novo Progresso já tinha 74% de seu território em unidades protegidas antes da criação da MP, que amplia para 80,5%, e afeta diretamente a economia. A insegurança que dão para a propriedade rural naquela região é muito grande. Não pode, jamais, uma pessoa que já estava lá antes das unidades de conservação, agora ter restrição na comercialização de seu produto – afirmou.

Vice-presidente da STCP Engenharia de Projetos, Joésio Siqueira também criticou a MP, e disse que não se pode criar unidades de conservação ambiental por pressão internacional, em detrimento das comunidades locais.

- Não é possível que se criem unidades de conservação sem ouvir a opinião das comunidades. Só vamos proteger ambiente no momento em que tivermos as comunidades inseridas na proteção desse ambiente. Nunca vi nenhum país do mundo que protegia o meio ambiente sendo pobre, nunca vi um miserável fazer proteção do meio ambiente, país pobre que tenha proteção ambiental adequada. As comunidades querem garantia de que vão produzir, elas não têm acesso a financiamentos porque não têm titularidade da terra – afirmou.

### **Intervenção branca**

Vice-governador do Pará, Zequinha Marinho disse que a MP promove uma “intervenção branca no território estadual”, e cria uma área de proteção em um local que era livre para produzir.

- Temos quase 80% da floresta em pé, em um esforço de todo mundo. O governo não pode fazer isso. Isso é coisa de ONG [organização não-governamental]. Governo tem que ter responsabilidade com seus atos. Ele destrói a vida dos que foram para o estado no passado – afirmou.

Representante do Instituto Chico Mendes, Paulo Carneiro disse que a proposta contida na MP é fruto de um longo processo que teve início em 2006, no reordenamento de um plano de prevenção e combate ao desmatamento na Amazônia.

- As áreas em que era permitido garimpo ficaram abrangidas no parque. Vamos entender o impacto disso, e ver como isso pode ser apresentado em proposta futura. A MP avança na regularização fundiária de imóveis que se estabeleceram na área da floresta nacional. E cria a possibilidade de reassentamento das pessoas que continuam na floresta nacional e no parque do Rio Novo, em área a ser alvo de regularização do programa Terra Legal – afirmou.

Representante da Secretaria de Meio Ambiente do Pará, Thiago Valente disse ser um desafio a construção de um vetor que concilie desenvolvimento econômico e social.

Relator da MP, o deputado José Priante (PMDB-PA) disse que vai tentar dar solução a um problema que persiste há mais de uma década.

- Há milhares de garimpeiros naquela região, a [MP] pode virar letra morta por não levar em conta a realidade local – afirmou.

Presidente da comissão mista, o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que a questão ambiental “não se sustenta se não levar em consideração o bicho homem”.

- É preciso que se encontre algo racional, que atenda aos dois lados - concluiu.

### O que prevê a MP

De acordo com a medida, os imóveis rurais privados existentes no Parque Nacional do Rio Novo e na Floresta Nacional do Jamanxim ficam declarados de utilidade pública para fins de desapropriação pelo instituto. Já as áreas rurais ocupadas e incidentes na área da APA, poderão ser regularizadas em conformidade com a Lei 11.952/2009.

Por sua vez, as áreas rurais ocupadas e incidentes na Área de Proteção Ambiental do Jamanxim poderão ser regularizadas em conformidade com a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, respeitada a fração mínima de parcelamento e o limite de 15 módulos fiscais e não superior a 1.500 hectares.

Os ocupantes de áreas rurais incidentes na Floresta Nacional do Jamanxim, no Parque Nacional do Rio Novo e na Reserva Biológica das Nascentes Serra do Cachimbo, que constem em relação oficial fornecida pelo Instituto Chico Mendes, poderão ser realocados em terras da União ou do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), no âmbito da Amazônia Legal, respeitado o limite de 15 módulos fiscais e não superior a 1.500 hectares, desde que haja disponibilidade efetiva de terras e a critério dos órgãos competentes.

De acordo com a MP, não haverá vinculação entre a dimensão e as características edafológicas da área da pretensa realocação com aquelas da ocupação originária. A realocação será executada pela Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República.

O proprietário ou o possuidor de imóvel rural de que trata a MP, que contenha área aberta, sem autorização, após 22 de julho de 2008, ou que não atenda aos critérios de manutenção de Reserva Legal e Áreas de Preservação Permanente, deverá deixar de desenvolver atividade econômica nessas localidades, e promover a recuperação ambiental por meio de Programa de Regularização Ambiental, nos termos da Lei 12.651/2012.

Os órgãos de fiscalização devem tomar as medidas necessárias para que não haja ocupação e utilização econômica das áreas. O título de domínio, emitido em decorrência da regularização fundiária, deverá conter, entre outras, cláusula resolutiva que condicione a manutenção do título à inexistência de desmatamento ilegal na área regularizada.

Fonte: Agência Senado.

### Comissões Mistas

---

#### **COMISSÃO MISTA DE DESBUROCRATIZAÇÃO (ATN Nº 3, DE 2016) - ATN 3/2016**

Presidente: Deputado Júlio Lopes (PP/RJ)

Local Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 21/03/2017 – TERÇA-FEIRA, ÀS 15h

**Finalidade:** Reunião de trabalho.

**Resultado:** Foram debatidos temas que poderão ser objeto de estudo da Comissão, em especial os seguintes, sugeridos pelo Relator, Sen. Antonio Anastasia: a) redução do tempo necessário para concessão de patentes pelo INPI, em especial para medicamentos; b) flexibilização das regras aplicáveis aos serviços notariais e de registro, de forma a estimular a concorrência entre cartórios e melhorar a qualidade dos serviços; **c) reformulação do marco legal da atividade de praticagem, para diminuir os altos custos existentes no setor;** d) revisão das regras de exportação e importação, a fim de facilitar a integração do mercado nacional com o comércio exterior; e) revisão das regras aplicáveis à autorização para

pesquisas científicas realizadas com materiais sujeitos à vigilância sanitária; f) simplificação das normas para abertura e fechamento de empresas; g) trânsito.

---

**COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC**

Presidente: Senador Jorge Viana (PT/AC)  
Local Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 22/03/2017 – QUARTA-FEIRA, ÀS 15h

**Instalação e Eleição**

**Assunto/Finalidade:** Instalação da Comissão e eleição do Presidente, do Vice-Presidente e do Relator.

**Resultado:** Foram eleitos Presidente, o Senador Jorge Viana (PT/AC); Vice-Presidente, o Deputado Daniel Vilela (PMDB/GO); e Relator, o Deputado Sérgio Souza (PMDB/PR).